



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 80/2023 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova a Criação do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada - FIC, de Agente Gestor de Resíduos Sólidos - Campus Laranjal do Jari - Programa 1,2,3 EJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.002234.2023-27 e as deliberações na 62ª reunião ordinária do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Criação do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada - FIC, de Agente Gestor de Resíduos Sólidos - Campus Laranjal do Jari - Programa 1,2,3 EJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- Romaro Antonio Silva, REITOR - PRES. CONS - GAB, em 18/12/2023 11:48:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 79482
Código de Autenticação: bff794ff2a



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE AGENTE DE GESTÃO
DE RESÍDUO SÓLIDO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAPÁ • IFAP**

Reitora

MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA

Pró-Reitor de Ensino

VICTOR HUGO GOMES SALES

Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

ROMARO ANTONIO SILVA

Pró-Reitora de Administração

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

KARINA PINGARILHO PASCHOALIN CASTRO

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

PATRICIA PARANHOS BARBOSA

Diretor-Geral do *Campus Macapá*

MÁRCIO GETÚLIO PRADO DE CASTRO

Diretor-Geral do *Campus Santana*

MARLON DE OLIVEIRA NASCIMENTO

Diretora-Geral do *Campus Laranjal do Jari*

LUCILENE DE SOUSA MELO

Diretor-Geral do *Campus Porto Grande*

JOSÉ LEONILSON ABREU DA SILVA JÚNIOR

Diretor do *Campus Avançado Oiapoque*

ELIEL CLEBERSON DA SILVA NERY

Coordenador do Centro de Referência EaD Pedra Branca do Amapari

ORIAN VASCONCELOS CARVALHO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Portaria nº 1070/2023 GAB/RE/IFAP 03 de julho de 2023.

NUBIA DEBORAH ARAÚJO CARMELLO – SIAPE Nº 327990

ALAIN ROEL RODRIGUES DOS SANTOS – SIAPE Nº 2143476

MARCIA CRISTINA TAVORA DO NASCIMENTO – SIAPE Nº 1953738

MONICA SILVA E SILVA - SIAPE Nº 2330352

COORDENADORA DO CURSO

NUBIA DEBORAH ARAÚJO CARMELLO

COMISSÃO DE REVISÃO PEDAGÓGICA DA ELABORAÇÃO DO PROJETO

MARCIA CRISTINA TAVORA DO NASCIMENTO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
CNPJ:	10.820.882/0001-95
Esfera Administrativa:	Federal
Endereço:	Rodovia BR 210, km 03, s/n, Bairro Brasil Novo, Macapá/AP
Contato:	+55 (96)3198-2150
E-mail:	reitoria@ifap.edu.br; proext@ifap.edu.br
Site:	www.ifap.edu.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso:	Curso de Formação Inicial Continuada em Agente de Gestão de Resíduos Sólidos
Eixo Tecnológico:	Ambiente e saúde
Nível:	Formação Inicial e Continuada
Modalidade:	Presencial
Local de realização:	Macapá, Porto Grande, Santana, Mazagão, Oiapoque, Ferreira Gomes
Endereço Eletrônico:	agente.residuosolido@ifap.edu.br
Vagas por turma:	30 vagas
Periodicidade da oferta:	Eventual
Coordenadora do Curso:	Nubia Deborah Araújo Caramello
Contato:	nubia.caramello@ifap.edu.br

Sumário

1. JUSTIFICATIVA	6
2. OBJETIVOS	10
2.1. Objetivo geral	10
2.2. Objetivos Específicos	10
3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	11
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	11
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	11
5.1 Componentes Curriculares, Competências, Bases Científicas / Tecnológicas e Bibliografia básica e bibliografia complementar da formação básica	14
5.1.2 Componentes Curriculares, Competências, Bases Científicas / Tecnológicas e Bibliografia básica e bibliografia complementar da formação profissional Erro! Indicador não definido.	
6. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	14
7. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	32
8. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	32
9. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	33
9.1. Corpo docente	33
9.2. Corpo técnico-administrativo	33
10. CERTIFICADO	33
11. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.	34
11.1 Ambientes Administrativo e Pedagógico	
34	
11.2	
Biblioteca	
36	
11.3	
Laboratórios	
36	
12. REFERÊNCIAS	37

1. JUSTIFICATIVA

A Organização das Nações Unidas, traz como pauta de diálogo internacional no ano de 2023 a problemática da crescente produção de resíduos sólidos no planeta, levando a criação do “Dia do Resíduo Zero”, uma tentativa de sensibilizar para a necessidade do enfrentamento à crise global de poluição por resíduo sólido ⁽ⁱ⁾.

O enfrentamento inicia pela implantação de políticas públicas que contribuem para uma gestão ambiental eficiente, sendo a gestão dos resíduos sólidos, um desafio para gestores municipais, tanto em âmbito rural quanto urbano. Essa problemática tem se mostrado urgente e preocupante por parte de inúmeros setores e movimentos com pauta na sustentabilidade local, regional e global.

A produção de resíduo sólido está vinculada diretamente ao consumo e desperdício sendo necessário ações transversais em prol da sensibilização da mudança de hábitos, postura produtiva e o comprometimento público no tratamento dos resíduos que compromete a qualidade solo, da água e do ar, sendo um forte indicador de poluição integrada, com visibilidade direta e local quando ocorre no solo e na água e em escala global na poluição atmosférica.

Visando estabelecer diretrizes para mudar esse cenário, o Brasil instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) através da Lei Federal n.º 12.305/2010, que estabelece princípios e objetivos para a gestão dos resíduos sólidos, e a corresponsabilidade a todos os seus geradores. Contudo, essa é uma missão ainda em construção como pode ser observado nas informações disponibilizadas no Relatório Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos disponibilizado pelo Site do SINIR ⁽ⁱⁱ⁾ em 2019.

Observe-se que (Fig. 1) a região amazônica apresenta o menor percentual de Gestão Compartilhada de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos entre os municípios, com destaque para o estado de Rondônia que apresentou 98% das soluções compartilhadas, sendo o mais expressivo em todo o Brasil, o que amplia as possibilidades de novos cenários para a região que é uma das que menor índice de saneamento básico possui em todo o Brasil.

Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) que envolverá bilhões para o setor até 2051, que, na prática, viabiliza soluções para um problema antigo, não somente do estado, mas de todo o país.” (PORTAL DO GOVERNO DO AMAPÁ, 2022, n.pⁱⁱ)

Diante do exposto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) pautado no fato de ser um espaço, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica de formação nas modalidades de ensino em nível de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, propõe o Curso FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, para contribuir com a oferta de mão de obra especializada.

A partir da meta de proporcionar uma formação profissional vinculada ao desenvolvimento regional sustentável, traz a sensibilidade do instituto em buscar potencializar o protagonismo de seus cursistas, no espaço vivido e onde o conhecimento adquirido possa alcançar sem fronteiras, a inclusão da formação continuada.

Estrategicamente, o IFAP tem 6 (seis) *campus* distribuídos no estado (Fig, 2), possibilitando promover uma capacitação de o Curso FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos em todo o seu território, potencializando as metas traçadas pelo Governo do Estado do Amapá em 2022, a Agenda 2030 e a legislação vigente no país tanto referente a gestão de resíduos sólidos, quanto a gestão de recursos hídricos (Lei 9.433/97), considerando que ambas integram a ODS 6.

Mapa da localização dos Campus do Instituto Federal do Amapá - IFAP

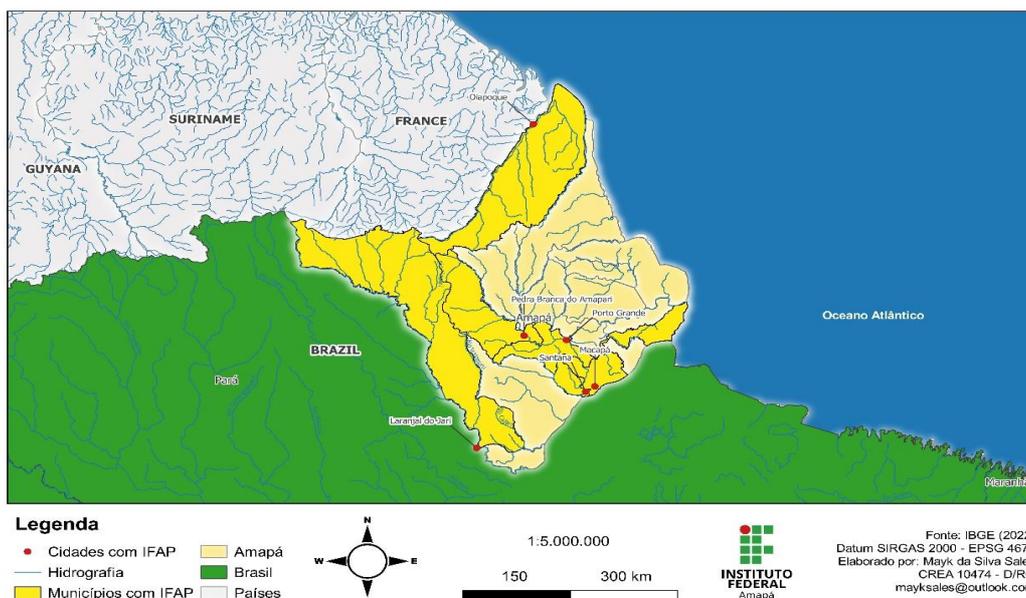


Figura 2: Mapa da área de abrangência do IFAP.

Fonte: PPC do Curso de Conductor de Turismo em Unidades de Conservação – IFAP, 2022.

Neste aspecto, apresenta-se no presente produto técnico, o Projeto Pedagógico do Curso FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, para ser ofertado ao PROEJA, na modalidade presencial. Como já apontado pelo FIC (2021), o Projeto Pedagógico está alicerçado na proposta de temas e conteúdo apresentado na Portaria nº 769/2019, nas Diretrizes e Base da Educação Brasileira Lei 9.394/96, atualizada pela Lei nº 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a formação inicial e continuada.

Para o alinhamento das distribuição das disciplinas e carga horária foram consultados pesquisadores da temática e a experiência de outras instituições que já desenvolveram seus cursos FICs voltados diretamente ou indiretamente para a temática sendo eles: A Deliberação nº 13/2013-CONSEPEX do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Resolução Nº 05/Conselho Escolar/IFRO (Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia), campus Vilhena; Projeto FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos (elaborado em 2013) do Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, campus Poços de Caldas.

A análise documental permitiu identificar as tendências comuns nos cursos, como também o espaço de autonomia a ser implantado para atender as demandas regionais, fato que levou a apresentação da ementa curricular inserida na presente proposta.

A Resolução nº 20 de 2012 CONSUP/IFAP, em e Art. 6, inciso III, alínea c, define os princípios básico de um curso FIC, a ser desenvolvido pela instituição:

Curso de Formação Inicial ou Continuada: objetiva oferecer formação inicial e/ou continuada em uma área profissional específica do conhecimento, sendo desenvolvida também competências ligadas à formação geral, tais como Ética, Cidadania, Matemática e Português. Os cursos terão carga horária mínima de cento e sessenta horas, devendo a formação geral constituir o mínimo de trinta por cento da carga horária do curso.

Dessa forma, suas “ações pedagógicas de natureza teórico-prática, planejadas para atender as demandas socioeducacionais de formação, de qualificação e de requalificação profissional” (FIC, 2021) têm como compromisso ampliar a oferta de aperfeiçoamento profissional a cidadãos em atividade produtiva ou não. Diante do exposto, a oferta do Curso FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, está alicerçada no comprometimento do Instituto Federal do Amapá em promover alternativas de formação profissional, técnica e tecnológica que venham promover o protagonismo socioterritorial de sua clientela, ampliando a elevação da igualdade social, educacional, através da qualificação

de cidadãs e cidadãos amapaenses, proporcionando um ambiente sadio e equilibrado como propõem o Art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Proporcionar a qualificação profissional inicial e continuada na área de Agente de Gestão de Resíduos Sólidos com domínio teórico e prático, permitindo o desenvolvimento profissional com autonomia, empreendedorismo, competência e ética. qualificando os discentes visando habilitá-los a promover o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos sólidos.

2.2. Objetivos Específicos

Proporcionar que ao final ao concluir o cursista, tenha habilidades para:

- I – Aplicar a legislação ambiental que contenha o lixo e os resíduos sólidos do país em distintas situações;
- II – Compreender o processo de armazenamento, acondicionamento e coleta de resíduos sólidos de diferentes fontes (escolas, hospitais, farmácia, mercados, lojas, construção civil, entre outros.);
- III – Desenvolver ferramentas para desenvolver monitoramento da destinação final de resíduos sólidos e a disposição de rejeitos em seu município;
- IV-Desenvolver a partir da Lei 9.785/99 projetos de sensibilização socioambiental em espaços formais e informais.
- V – Identificar as diferentes possibilidades de contaminação ambiental por resíduos sólidos e rejeitos, desenvolvendo medidas preventivas ou mitigadoras;
- VI – Habilidade para analisar e implantar planos de monitoramento de resíduos sólidos;
- VIII – Promover a inclusão educacional, produtiva e social de pessoas em situação de vulnerabilidade (catadores de lixo), visando a inclusão social.

3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O curso FIC em Agente de Gestão de Resíduos Sólidos é destinado a todos trabalhadores, estudantes e comunidades tradicionais e indígenas, e ainda a instituições públicas e cooperativas organizadas que buscam capacitação aos seus profissionais que manifestem interesse, devendo o inscrito ter no mínimo, o ensino fundamental II (completo) e ter a idade mínima de 18 anos completo no ato da matrícula, selecionadas via edital específico, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal do Amapá, a partir da particularidade da aplicabilidade do mesmo em cada campo.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Espera-se que ao fim do processo formativo do Curso FIC em Agente de Gestão de Resíduo Sólidos, o cursista tenha condição de exercer as seguintes habilidades:

- I. Executar serviços no âmbito da gestão de resíduos sólidos, com foco na sua redução, reutilização e reciclagem;
- II. Buscar a realização de parcerias com empresas para a coleta dos resíduos sólidos coletados;
- III. Ajudar a planejar e executar serviços de inspeção e conscientização ambiental, implantação de normas e procedimentos legais estabelecidos pela legislação vigente;
- IV. Ser agente de multiplicação dos conhecimentos e da necessidade de implantação das ações voltadas aos cuidados com os Resíduos Sólidos (IFRN, 2013), e
- V. Estar apto para auxiliar na gestão de resíduos sólidos e da saúde e segurança, relacionados ao manuseio, armazenamento e destinação final, em instituições públicas, privadas ou demais organizações, atuando pró-ativamente dentro das mesmas. (IFMA, 2022)

Além das habilidades específicas da qualificação profissional, estes estudantes devem estar aptos a: adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente

socioambiental que intervém na realidade; saber trabalhar em equipe; e • ter iniciativa, criatividade e responsabilidade.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A matriz curricular do curso FIC em Agente de Gestão em Resíduo Sólido, na modalidade presencial, está organizada em formação básica e formação profissional, sendo cinco disciplinas da formação básica e nove da formação complementar, perfazendo uma carga horária total de 240 horas.

A estrutura curricular do curso segue os princípios do IFAP, considerando a necessidade da qualificação profissional, por meio de uma formação humana integral, uma vez que propicia ao educando uma qualificação laboral ao relacionar currículo, trabalho e sociedade (FIC, 2021).

Tendo como base, as normativas educacionais e legais, apresentadas no corpo do texto é estabelecido referências para organização em eixos tecnológicos. Assim, este curso FIC estrutura-se da seguinte forma:

- Formação Básica: compreende conhecimentos indispensáveis ao bom desempenho dos participantes, traduzidos em conteúdo de estreita articulação com o curso, representando elementos expressivos para a integração curricular;

- Formação Profissional: compreende as competências e saberes da formação específica, de acordo com o campo de conhecimento do eixo tecnológico, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão (FIC, 2021).

A matriz curricular está organizada por componentes curriculares básicos e formação complementar, voltados ao olhar ético socioambiental, o que propicia a introdução de conhecimentos científicos e tecnológicos ao longo de todo o curso, sendo constituída da seguinte forma:

- 60 horas de formação básica;
- 180 horas de formação profissional.

Após análise documental considerou pertinente a contribuição dos PPCs dos FIC: Deliberação nº 13/2013-CONSEPEX do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Resolução Nº 05/Conselho Escolar/IFRO (Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia), campus Vilhena; Projeto FIC Agente

de Gestão de Resíduos Sólidos (elaborado em 2013) do Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, campus Poços de Caldas. Projeto FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos (elaborado em 2022) do Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, campus Carolina.

Quadro 1. Matriz Curricular

		ORGANIZAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR		CARGA HORÁRIA (60 Minutos)
		Ordem	Componente	
FORMAÇÃO BÁSICA	MÓDULO I	1	Informática aplicada a gestão	20h
		2	História e Geografia do Amapá	20h
		3	Linguagem e comunicação	20h
SUBTOTAL DE CARGA HORÁRIA DE FORMAÇÃO BÁSICA				60h
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	MÓDULO II	Ordem	Componente	CARGA HORÁRIA (60 Minutos)
		4	Biogeografia: da pré-história ao desafio do descarte de resíduos sólidos no antropoceno	25h
		5	Ética e Desenvolvimento Sustentável	25h
		6	Legislação Ambiental Aplicada a Gestão de Resíduos Sólidos	30h
		7	Coleta seletiva	20h
		8	Logística reversa	25h
		9	Educação Ambiental aplicada a gestão compartilhada de Resíduos Sólidos	25h
		10	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos- PGRS	30h
SUBTOTAL DE CARGA HORÁRIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL				180h
TOTAL GERAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO				240h

*M = Módulo

5.1 Componentes Curriculares, Competências, Bases Científicas / Tecnológicas e Bibliografia básica e bibliografia complementar da formação básica

Quadro 2.

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M1*
Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e Saúde	Presencial	1
Componente Curricular	Informática Básica aplicada a gestão ambiental	Carga Horária	20 h
EMENTA			
<p>Conceitos de informática básica. Conhecendo os componentes físicos e digitais de gravação, instalação e desinstalação de aplicativos e demais arquivos e mídias, Manipulação, Gerência de Arquivos, Aplicativos Utilitários e a ética de sua aplicabilidade. As redes sociais e sua aplicabilidade em Gestão de Resíduos Sólidos.</p>			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Utilizar ferramentas de edição de textos, planilhas eletrônicas e apresentações; ● Utilizar a internet de forma produtiva e segura; ● Conhecer as Ferramentas para navegação e busca na Internet e os princípios básicos da informática e seus aspectos operacionais; ● Manipular o excel para organização de fórmulas aplicadas a monitoramento de gestão de resíduos sólidos em diferentes espaços; ● Utilizar as mídias sociais com ética para divulgação de reflexão da temática de resíduos sólidos no âmbito da gestão ambiental. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
<p>Unidade I: Conceitos de informática básica.</p> <p>1.1 Manipulação de arquivos e editor de textos; Planilha eletrônica: Banco de dados; uso de mídias como ferramenta de sensibilização ambiental;</p> <p>- Gerenciando pastas e arquivos;</p> <p>- Criar, excluir e renomear pastas; - Copiar, recortar, mover e colar arquivos e pastas;</p> <p>-Criar atalhos na área de trabalho; -</p>		<p>Unidade II: Conceitos de informática básica aplicada.</p> <p>2.1 O <i>Excel</i> e produção de planilhas que contribuem com a gestão;</p> <p>2.2 Organização textual no word: formatação, sumário;</p> <p>2.3 Uso das redes sociais como ferramentas de interatividade (Elaboração de blog, <i>Instagram</i>, <i>facebook</i>, e-mail e outras redes).</p>	

Extensões de arquivos (associar programas às extensões dos arquivos);

-Painel de controle;

-Configurações básicas;

- Editor de textos;

- Cursor de inserção;

- Digitando um texto;

- Formatando um texto;

- Configurando página;

- Inserindo figuras em um texto;

-Planilha eletrônica;

- Manipulando linhas e colunas;

- Manipulando células;

- Formatando células;

- Configuração da planilha para impressão;

- Classificando e filtrando dados;

Gráficos;

- Fazendo uma apresentação:

- Internet:

Acessando páginas;

Páginas de pesquisa – métodos de busca;

Download de arquivos;

Correio eletrônico – mensagem de texto, arquivos anexos (envio e recebimento), limite de tamanho e formato de arquivos;

1.2 Organização de sumário eletrônico em word;

1.3 Uso de fórmula simples para gestão de monitoramento de resíduos sólidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

H.L. Capron, J.A. Johnson. **Introdução à informática**. Pearson, 2004.

VELLOSO, F. de C. V. **Informática - Conceitos Básicos**. 8ª ed. Elsevier/Campus, 2011.

CASTRO, V. Fernando de. **Informática: Conceitos Básicos**. 8ª ed. Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COOPER, B. **Como pesquisar na Internet** - Col. sucesso profissional informática. São Paulo: Publifolha, 2004.

MILNER, A. **Como usar o e-mail: seu guia para dominar o computador**. São Paulo: Publifolha, 2004.

MONTEIRO, M. **Introdução à organização de computadores**. Rio de Janeiro: LTC,

2007.
O'CONNOR, P. **Distribuição da informação eletrônica em turismo e hotelaria.** Porto Alegre: Bookman, 2001.
PETROCCHI, M.; BONA, A. **Agências de turismo: planejamento e gestão.** São Paulo: Futura, 2003.

*M1 = Módulo 1

Quadro 3.

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M1*
Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e Saúde	Presencial	2
Componente Curricular	História e Geografia do Amapá	Carga Horária	20h
EMENTA			
Estudo do processo de formação geográfica e histórica do Amapá. A estrutura da paisagem atual do Amapá: espaços urbanos e rurais; organização territorial das áreas protegidas e os impactos ambientais. Aspectos econômicos, demográficos e culturais. A organização do destino dos resíduos sólidos no Amapá.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar a formação histórica e geográfica do Amapá que caracteriza como um estado de áreas protegidas; ● Identificar as características físicas e históricas do Amapá como elementos que moldaram a paisagem regional e proporcionaram impactos ambientais; ● Caracterizar os espaços urbanos e rurais: economia, cultura e densidade demográfica como princípios para se repensar a produção de resíduos sólidos; ● Com o estado do Amapá vem dialogando a respeito da implantação da Gestão de Resíduos Sólidos no contexto estadual. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
Unidade I: Conceitos 1.1 Processo de formação geográfica, histórica do Amapá e suas áreas protegidas; 1.2 Características atuais dos espaços urbanos e rurais do Amapá e a produção e descarte de resíduos sólidos. 1.3 O desafio dos resíduos sólidos no Amapá.		Unidade II: Aplicabilidade 2.1 Análise Cartográfica A estrutura da paisagem atual do Amapá e o destino de seus resíduos sólidos: espaços urbanos e rurais; Estudo de caso do contexto histórico geográfico da implantação de resíduos sólidos no estado do Amapá.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

NASCIMENTO, R. L. X.; SOUZA, C. C.; OLIVEIRA, M. A. N. **Caderno de caracterização: estado do Amapá** – Brasília, DF: Codevasf, 2021. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-do-amapa.pdf>. Acesso em: 17 de jun. 2022.

BRITO, D. M. C.; Avelar, V. G. (Organizadores). **Geografia do Amapá em perspectiva**. -- Macapá: UNIFAP, 2017. 199 p. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2014/12/Livro-Geografia-do-Amap%C3%A1-em-Perspectiva.pdf>. Acesso em 17 de junho. 2022.

SILVA, M. L. O TERRITÓRIO IMAGINADO”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988)- **Universidade de Brasília Programa de Pós-Graduação em História** – PPGHIS. BRASÍLIA, 2017. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf Acesso em 17 de jun. 2022.

GI Globo. **Amapá é o primeiro Estado Brasileiro a formalizar o PPI de Resíduos Sólidos**. Governo do Estado publicado em 11/02/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/especial-publicitario/governo-do-amapa/amapa-juntos-por-um-estado-forte/noticia/2022/02/11/amapa-e-primeiro-estado-brasileiro-a-formalizar-o-ppi-de-residuos-solidos.ghtml>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORIM, J. P. de A.; PORTO, J. L. R. (2017). Organização Espacial da Sub-Região de Macapá (AP), Na Amazônia Setentrional Amapaense (da gênese a estadualização). *Geografia Ensino & Pesquisa*, 21(2), 34-45. <https://doi.org/10.5902/2236499424283>.

BARBOSA. C. S. **História da Justiça no Amapá**. Imprensa: Macapá, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, 1999. Descrição Física: 259 p.: il., retrs.

SARNEY, J.; Costa, Pedro, 1947-. **Amapá: a terra onde o Brasil começa** / José Sarney & Pedro Costa – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. 270 p.: il., fot. (2a edição) – (Coleção Brasil 500 anos. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1029/000773424.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em 2 de ag. 2022.

PORTO, J. L. R. **Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos**. Uniedusul, Maringa –PR, 2020. Disponível em <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2020/05/MEMORIAL-FINAL-Entre-o-tempo-e-o-limite-entre-andanc%CC%A7as-e-descobrimientos.pdf>. Acesso em 2 ag. 2022.

LOMBA, R. M. et al. (organizadores). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 144p.

*M1 = Módulo 1

Quadro 4.

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M1*
-------	--------------------------------------	-------	-----

Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e saúde	Presencial	3
Componente Curricular	Linguagem e Comunicação	Carga Horária	20h
EMENTA			
<p>Concepção de linguagem e comunicação humana. Linguagem verbal e não verbal. Níveis de formalidade da linguagem. Variação linguística. Linguagem e suas tecnologias.</p>			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Comunicar-se e relacionar-se com desenvoltura, ética e profissionalismo com os diferentes públicos; ● Identificar a linguagem verbal e não verbal como instrumento de sensibilização ambiental; ● Compreender a língua como fenômeno (geo) político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensíveis ao contexto de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como forma de expressões identitárias, pessoais e coletivas; ● Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentido; ● Dominar elementos básicos para elaboração de relatórios técnicos. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
<p>Unidade I: Conceitos</p> <p>1.1 Concepção de linguagem e comunicação humana;</p> <p>1.2 Linguagem verbal e não verbal;</p> <p>1.3 Níveis de formalidade da linguagem aplicada às diferentes situações comunicativas (projetos, relatórios);</p> <p>1.4 Variação linguística;</p> <p>1.5 Linguagem e suas tecnologias: práticas de escrita em diferentes mídias sociais.</p>		<p>Unidade II: Aplicabilidade</p> <p>2.1 Elaboração de relatórios técnicos</p> <p>2.2 Produção de textos multimodais diversos a serem aplicados nas mídias sociais: <i>WhatsApp, Facebook, Instagram, E-mail</i> etc.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>WEIL, P.; TOMPAKOW, R. <i>O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal</i>. 68.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. <i>Prática Textual: atividades de leitura e escrita</i>. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. <i>Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido</i>. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.</p> <p>BAGNO, M. <i>Preconceito linguístico: o que é, como se faz</i>. São Paulo: Edições Loyola, 2002.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1999.
 PLATÃO; FIORIN. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2001.
 TERRA, E.; NICOLA, J. *Práticas de linguagem & Produção de textos*. São Paulo: Scipione, 2001.
 BASTOS, L. K. *A produção escrita e a gramática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 BECHARA, E. *Gramática escolar da Língua Portuguesa*. 2. ed. ampl. e atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: contexto, 2009. MAIA, João Domingos. *Português*. 2 ed. Volume único. São Paulo: Ática, 2005.

*M1 = Módulo 1

5.1.2 Componentes Curriculares, Competências, Bases Científicas / Tecnológicas e Bibliografia básica e bibliografia complementar da formação profissional

Quadro 5.

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M2*
Eixo Tecnológico	Saúde e Meio Ambiente	Presencial	4
Componente Curricular	Biogeografia: da pré-história ao desafio do descarte de resíduos sólidos no antropoceno	Carga Horária	25 h
EMENTA			
Elementos do meio ambiente natural; ecossistema; equilíbrio ambiental e construído; a Sociedade como agente transformador do equilíbrio ambiental. Caracterização física, química e biológica do lixo. O lixo na antiguidade. O lixo na idade média. O lixo no final da idade média. O lixo no Século XX e XXI (antropoceno). O lixo no Brasil e no estado do Amapá. O Agente de Gestão de resíduos sólidos frente ao desafio do lixo.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os Fatores abióticos e bióticos que influenciam na distribuição Biogeográfica do meio natural; ● Compreender os fatores antropogênicos que desencadeiam impacto ambiental em ambientes naturais e construídos. ● Distinguir as diferentes etapas da produção do lixo do surgimento das primeiras cidades aos dias atuais. ● Identificar a sociedade como agente biogeográfico transformador de ambientes. ● Distinguir a origem, composição e classificação dos resíduos sólidos. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			

<p>Unidade I: Conceitos</p> <p>1.1 Fatores bióticos e abióticos na configuração da paisagem;</p> <p>1.2 O lixo na antiguidade.</p> <p>1.3 O lixo na idade média.</p> <p>1.4 O lixo no final da idade média.</p> <p>1.5 O lixo no Século XX e XXI (antropoceno).</p> <p>1.6 O lixo no Brasil e no estado do Amapá;</p> <p>1.7 Origem, Composição e Classificação do Resíduos Sólidos.</p>	<p>Unidade II: Aplicabilidade</p> <p>2 O Agente de Gestão de resíduos sólidos frente ao desafio do lixo: resgate da geohistória do lixo no Vale do Jari (estudo de caso).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>AMARO, A. B.; RODRIGUES, P. R. Q. DO HOMO AO HOMEM: Os resíduos sólidos gerados pelos homens pré-históricos até a Revolução Neolítica. 2009. V ENPOS. I AMOSTRA CIENTÍFICA. Disponível: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_01353.pdf.</p> <p>ALBUQUERQUE, B. P. As relações entre o homem e a natureza e a crise socioambiental. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.</p> <p>AB’SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2012.</p> <p>COX, C. B.; MOORE P. D.; LADLE, R. J. Biogeografia uma abordagem Ecológica e Revolucionária. 9º ed. LTC, 2018.</p> <p>EIGENHEER, E. M. LIXO: a limpeza urbana através do tempo. Disponível em: lixoeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf</p> <p>EIGENHEER, E. M. ; FERNANDES, M. J. S. Resíduos e Memória: o acervo raro recolhido pelo programa de coleta seletiva do bairro de São Francisco em Niterói. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 132, p. 251-264, 2016.</p> <p>FIGUEIRÓ, A. Biogeografia: Dinâmicas e Transformações da Natureza. Oficina de Textos, 2015.</p> <p>VELOSO, M. P. Os restos na História percepção sobre resíduos. DOI: Temas Livres • Ciênc. saúde coletiva 13 (6). Dez 2008 • https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000600031 .</p> <p>TROPMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente. Rio Claro, 1987.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BROWN ,J. H. , Mark V. Lomolino. Biogeografia. Editora: FUNPEC. Área(s):. ZOOLOGIA. ISBN: 9788577470044. 692 p.</p> <p>FREIRE, E. L. Biogeografia, climatologia e hidrografia: fundamentos teórico-conceituais e aplicados. Editora Intersaberes. 2016.</p> <p>SIOLI, H. Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes. 1990.</p> <p>DARWIN, Charles. A origem das espécies. Tradutor Daniel Miranda Moreira e Nélio Bizzo. 2018.</p>	

*M2 = Módulo 2

Quadro 6

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M2*
Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e Saúde	Presencial	5
Componente Curricular	Ética e Desenvolvimento Sustentável	Carga Horária	25h
EMENTA			
<p>O estudo sobre a ética e cidadania a partir do desvelamento de conceitos, princípios e valores. Concepção da ética e da cidadania, suas interpelações e uso no cotidiano. A aplicabilidade da Agenda 2030 no contexto ético do desenvolvimento cidadão. Meio Ambiente, representação social e atores representativos. A Agenda 2030 como instrumento de reflexão da urgência da ética ambiental global. Percepção da realidade ambiental local. Empreendedorismo Ambiental: conceitos e perspectivas do empreendedorismo socioambiental contemplando a criação do negócio, voltados aos resíduos sólidos.</p>			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Aplicar a concepção da ética e da cidadania suas interpelações e uso no cotidiano; ● Capacidade de promover o humanismo contemporâneo através do cumprimento de direitos e deveres, de forma solidária e responsável, na vida pessoal, profissional e social; ● Saber se comunicar, lidar com conflitos, apresentar as próprias ideias, ser criativo, saber, ouvir, negociar e valorizar a opinião dos membros do grupo, sempre atento às mudanças e inovações exigidas pelo mercado de trabalho. ● Identificar oportunidades empreendedoras a partir dos resíduos sólidos. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
<p>Unidade I: Conceitos</p> <p>1.1 Epistemologia da ética;</p> <p>1.2 Agenda 2030;</p> <p>1.3 Percepção ambiental local.</p> <p>1.4 Empreendedorismo: conceitos e perspectiva do empreendedorismo contemplando a criação do negócio, financiamento, gerenciamento, expansão e encerramento dos mesmos.</p>		<p>Unidade II: Aplicabilidade</p> <p>2.1 Construção de um plano de trabalho para atividade de sensibilização para ética do consumo regional e local.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CANELAS, A. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e as suas interações com as políticas econômica, energética e ambiental. 2004.</p> <p>DREHER, M. T. Empreendedorismo e Responsabilidade Ambiental. Revista de Negócios, [S.l.], v. 10, n. 2, june 2007. ISSN 1980-4431. Available at:</p>			

<<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/254>>. Date accessed: 27 june 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1980-4431.2005v10n2p%p>.

MMA Ministério do Meio Ambiente. **Ética e Sustentabilidade**. Caderno de debate e Sustentabilidade: Agenda 2030 (texto Leonardo Boff). Disponível: [CadernodeDebates1010.cdr \(mma.gov.br\)](#). Acesso em 27 de junho de 2023.

MRE – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANKAS, I. Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R. M. O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas sociais e ambientais. **Revista Economia & Gestão**, 12(29), 2012, pp. 141-168. doi: 10.5752/P.1984-6606.2012v12n29p109

» <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2012v12n29p109>

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

VEIGA, José. E. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, IEA: USP, v. 24 n. 68 p. 39-52 São Paulo– SP, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10465>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

ONU. **Agenda 2030**. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em 16 de junho de 2022.

*M2 = Módulo 2

Quadro 7

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M2*
Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e Saúde	Presencial	6
Componente Curricular	Legislação ambiental aplicada em Política Nacional de Resíduos Sólidos	Carga Horária	30h
EMENTA			
Princípios do direito ambiental; Constituição Federal e meio ambiente; Política Nacional Do Meio Ambiente; Lei De Crimes Ambientais. Política Nacional de Resíduos Sólidos.			
COMPETÊNCIAS			

- Identificar os tipos de Leis aplicáveis a impactos gerados por resíduos sólidos;
- Correlacionar as leis com a aplicabilidade da realidade local;
- Categorizar os diferentes atores impactantes e as leis aplicáveis ao poluidor pagador.

BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Unidade I: Conceitos

- I.1 Princípios do direito ambiental;
I.2 Constituição Federal e meio ambiente;
I.3 Política nacional do Meio ambiente;
I.4 Lei 12.305/2010 - Política nacional de Resíduos Sólidos;
I.5 Estudos de caso de crime ambiental provocado pelos resíduos sólidos.

Unidade II: Aplicabilidade

- 2.1 Simulação de um caso hipotético.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL. **Política Nacional de Resíduos sólidos: Lei nº 12.305, de 2 de julho de 2010.**
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril 2001.**
MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental Brasileiro.** Malheiros: São Paulo, 2018. 1430 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABNT - Associação Brasileira de normas técnicas. Resíduos Sólidos - Classificação. NBR 10004. Rio de Janeiro, 2004. BIDONE, F. R. A. Resíduos sólidos provenientes de coletas especiais: eliminação e valorização. Porto Alegre: ABES, 2001.
CARMELLO, N.; SILVA, Z. C. P; LIMA, L. F. M.. 2011. Análise socioambiental integrada de bacia hidrográfica através da metodologia PEIR: estudo de caso bacia do igarapé D'Alincourt. In: **Amazônia: recursos hídricos e diálogos socioambientais.** Brasil.
BRASIL, 2007. Presidência da República. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;** altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 29 de agos. 2013.
OLIVEIRA, A. I. A. **Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental.** Editora Juris. 2006. 676p. TRENNEPOHL, C. & TRENNEPOHL, T. D. **Licenciamento Ambiental.** 2ed. Editora Impetus, 2008. 304p.

*M2 = Módulo 2

Quadro 8

Curso	Conductor de Turismo em UCs	Forma	M1*
Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e Saúde	Presencial	7

Componente Curricular	Coleta Seletiva	Carga Horária	20h
EMENTA			
Segregação e comercialização dos resíduos da coleta seletiva. Elaboração de sistemas de triagem para resíduos sólidos. Propostas de reciclagem e reutilização de resíduos da coleta seletiva.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender o processo logístico de coleta seletiva; ● Elaborar projetos de Usinas de Triagem e Compostagem; ● Reconhecer processos de reciclagem e reutilização dos resíduos da coleta seletiva. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
Unidade I: Conceito		Unidade II: Aplicabilidade	
<p>Segregação de Materiais</p> <p>1.4 Coleta Seletiva, Enfoque econômico, redução de custos e monitoramento;</p> <p>1.5 Comercialização dos resíduos, Catadores, Cooperativas de catadores e Usinas de Triagem;</p> <p>1.6 Coleta Seletiva porta a porta, pontos de entrega voluntária – PEV e Cooperativa de Catadores.</p> <p>1.7 Resolução CONAMA N° 275/2001.</p> <p>Reciclagem.</p> <p>2.4 Reciclagem e reutilização do papel, fatores favoráveis e desfavoráveis a reciclagem do papel e reciclagem do papel no Brasil de no Mundo;</p> <p>2.5 Tipos de Plásticos, Reciclagem e reutilização do Plástico, benefícios da reciclagem do plástico e comercialização do plástico no Brasil;</p> <p>2.6 Reciclagem e Reutilização do vidro;</p> <p>2.7 Reciclagem de metais e latas;</p> <p>2.8 Processo de Compostagem; Tipos de compostagem, Composto Orgânico e Usina de Compostagem.</p>		<p>2.1 Elaborar projeto coletivo de Usinas de Triagem e Compostagem.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

IPT: Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. 2000.

BARROS, R. T. V. et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos sólidos: Lei nº 12.305, de 2 de julho de 2010**.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental Brasileiro**. Malheiros: São Paulo, 2018. 1430 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril 2001**.

CONKE, L. S.; NASCIMENTO, E. P. A coleta seletiva nas pesquisas brasileiras: uma avaliação metodológica. **Artigos • urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana** 10 (1) • Abr 2018 • <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.001.AO14>.

BARROS, R. T. V. et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1996.

MONTEIRO, A.H.P. et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

Quadro 8

Curso	Condutor de Turismo em UCs	Forma	M1*
Eixo Tecnológico	Meio ambiente e saúde	Presencial	8
Componente Curricular	Logística Reversa	Carga Horária	25h
EMENTA			
Logística reversa e Resoluções CONAMA aplicáveis aos resíduos especiais. Compreender os principais processos de tratamento e disposição final dos resíduos especiais.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer os instrumentos jurídicos que tratam com os resíduos especiais; ● Compreender os principais processos de tratamento e disposição final de resíduos especiais; ● Identificar e aplicar diferentes metodologias de gerenciamento da logística reversa: etapas, tipos, vantagens. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			

<p>Unidade I: Conceitos</p> <p>1.1 Logística Reversa; 1.2 Resolução CONAMA nº 258/1999; 1.3 Resolução CONAMA nº 257/1999; 1.4 Resolução CONAMA nº 401/20008; 1.5 Resolução CONAMA nº 416/2009; 1.6 Resolução CONAMA nº 362/2005; 1.7 Resolução CONAMA nº 237/2014;</p>	<p>Unidade II: Tratamento e disposição de Resíduos Especiais</p> <p>2.1 Tratamento e disposição e pilhas e baterias; 2.2 Tratamento e disposição de lâmpadas fluorescentes; 2.3 Tratamento e disposição de pneus; 2.4 Tratamento e disposição de eletroeletrônicos.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>IPT: Instituto de Pesquisas Tecnológicas. <i>Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado</i>. 2000. BARROS, R. T. V. et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1996. MONTEIRO, A.H.P. et al. Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho 1999. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto 1999. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril 2001. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro 2008. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro 2009. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 465, de 05 de dezembro 2014. BRASIL. Política Nacional de Resíduos sólidos: Lei nº 12.305, de 2 de julho de 2010. MACHADO, P. A. L. Direito ambiental Brasileiro. Malheiros: São Paulo, 2018. 1430 p.</p>	

*M2 = Módulo 2

Quadro 10

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M2*
Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e Saúde	Presencial	9

Componente Curricular	Educação Ambiental aplicada a gestão compartilhada de Resíduos Sólidos	Carga Horária	25h
EMENTA			
A Lei de Educação Ambiental e sua aplicabilidade em espaços formais e não formais de aprendizagem. Elaboração de plano de ação de educação ambiental. Propostas exitosas de Educação Ambiental aplicada a gestão de resíduos sólidos.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as diretrizes da Lei 9.795/99 e sua aplicabilidade em espaços formais e não formais; • Elaborar projetos de educação ambiental a ser aplicado em espaços formais e não formais; • Reconhecer em experiências exitosas elementos de Educação Ambiental que contribui para a implantação de uma gestão compartilhada de resíduos sólidos entre todos os atores sociais. 			
BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			
Unidade I: Conceitos de Educação Ambiental		Unidade II: Conceitos aplicado.	
1.8 Análise coletiva da Lei 9.795/99;		2.9 Estrutura básica de um plano de projeto aplicado a EA e relatório técnico;	
1.9 Diretrizes da Lei 9.795/99 e sua aplicabilidade a Gestão de Resíduos Sólidos		2.10 Elaboração de um Projeto de Educação Ambiental	
1.10 Identificar aspectos múltiplos em experiências de Educação Ambiental aplicada.		2.11 Desenvolvimento de um relatório técnico de experiência de EA aplicada.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOFF, L. Opção Terra: a solução não cai do céu . Editora: Record. São Paulo, 2009. 224p.			
COTA, T. <i>et al.</i> (2019). Indicadores socioambientais como instrumento de gestão de território fluvial: comunidade de Rolim de Moura do Guaporé-RO. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT) , n.o 17 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 29-54, dx.doi.org/10.17127/got/2019.17.002.			
DIAS, G.F. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental . São Paulo: Gaia. 2006.			
DIAS, G.F. Educação Ambiental: Princípios e práticas . 9 edição. São Paulo: Gaia. 2010. 551p.			
Giovanni F. TERRA - Educação Ambiental, Produção e Consumo . 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2021. v. 1. 863p.			

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil**, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 352p. – (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450; n. 10). Disponível em: [liv94254.pdf \(ibge.gov.br\)](http://liv94254.pdf(ibge.gov.br)). Acesso em 3 de maio de 2023.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: RIMA. 2005.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. 71p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

SEABRA, G. F. **Educação ambiental: uso, manejo e gestão dos recursos ambientais**. 1. ed. Ituiutaba: Editora Barlavento, 2022. v. 1. 950p.

SEABRA, G. **Educação Ambiental: biomas, paisagens e o saber ambiental**. 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. v. 1. 1.440p.

SEABRA, G. **Educação Ambiental: ecopedagogia e sustentabilidade dos recursos naturais**. 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. v. 1. 1354p.

SEABRA, G. **Educação Ambiental: natureza, biodiversidade e sociedade**. 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. v. 1. 1703p.

HAMMES, V.S. **Educação Ambiental – (Ver)**. V.03. São Paulo: Embrapa, 2004.

HAMMES, V.S. **Educação Ambiental – (Julgar)**. V.04. São Paulo: Embrapa, 2004.

HAMMES, V.S. **Educação Ambiental – (Agir)**. V.05. São Paulo: Embrapa, 2004.

*M2 = Módulo 2

Quadro 11

Curso	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	Forma	M2*
Eixo Tecnológico	Meio Ambiente e Saúde	Presencial	10
Componente Curricular	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos-PGRS	Carga Horária	30h
EMENTA			
Instrumentos ambientais. NBR 10004 - Classificação dos Resíduos. Passivos industriais. Acondicionamento, transporte - NBR 13221 - e tecnologia de destinação de resíduos. Gerenciamento de resíduos: plano e etapas do plano de gerenciamento de resíduos. Atuação profissional nas empresas geradoras de resíduos.			
COMPETÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar os tipos de Leis aplicáveis a impactos gerados por resíduos sólidos; ● Correlacionar as leis com a aplicabilidade da realidade local; ● Elaborar planos de que visem reduzir a geração de resíduos sólidos no cotidiano; ● Reaproveitar resíduos para outras utilidades com iniciativas de cooperação entre empresas geradoras e consumidoras desses resíduos; 			

- Correlacionar estudos de caso com a aplicabilidade na realidade onde o cursista está inserido.

BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Unidade I: Conceitos

I.6 Princípios do direito ambiental;
I.7 Constituição Federal e meio ambiente;
I.8 Política nacional do Meio ambiente;
I.9 Lei 12.305/2010 - Política nacional de Resíduos Sólidos.

Unidade II: Aplicabilidade

2.5 Simulação de um caso hipotético.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALEM, Tatiana Aparecida. **Associativismo e cooperativismo** – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos sólidos: Lei nº 12.305, de 2 de julho de 2010.**

CASSINI, S. T. **Gestão dos resíduos sólidos orgânicos e aproveitamento do biogás.** ABES, 2003.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental Brasileiro.** Malheiros: São Paulo, 2018. 1430 p.

PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABNT - Associação Brasileira de normas técnicas. **Resíduos Sólidos - Classificação.NBR 10004.** Rio de Janeiro, 2004.

BIDONE, F. R. A. **Resíduos sólidos provenientes de coletas especiais: eliminação e valorização.** Porto Alegre: ABES, 2001.

CUTRIM, Lídia da Rocha. **Experiência Associativista dos catadores de materiais recicláveis da ASCAMAR e da COOPRESL: desafios e oportunidades econômicas em São Luís no início do século XXI.** Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, UFMA, São Luís, 2018.

DE SOUSA, Anna Michelly Barroso et al. **Lixo, trabalho e cidadania: um estudo de caso com catadores do lixão no bairro Codó Novo, Município de Codó-MA.** Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 3, 2021

OLIVEIRA, A. I. A. **Introdução à legislação ambiental brasileira e licenciamento ambiental.** Editora Juris. 2006. 676p. TRENNEPOHL, C. & SEBRAE. **Minha Empresa Sustentável: Cooperativa de Reciclagem.** / Cuiabá, MT: Sebrae, 2017.25p.:Il. Color.

SCHNEIDER, J. O. **Educação Cooperativa e Práticas.** Única edição. Brasília: Ed. SESCOOP, 2003.

TRENNEPOHL, T. D. **Licenciamento Ambiental.** 2ed. Editora Impetus, 2008. 304p.

PHILIPPI Jr. A. **Saneamento, Saúde e Ambiente.** Rio de Janeiro: ABES, 2004.

*M2 = Módulo 2

6. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

O sistema avaliativo seguirá os princípios adotados pela Portaria nº 541.2021 GBE/RE/IFAP de 07 de abril de 2021 (IFAP - FIC, 2021; 2022), os quais adotaram a avaliação contínua e cumulativa, assumindo de forma integrada, no processo de ensino-aprendizagem, as funções: diagnóstica, formativa e somativa.

Os instrumentos de avaliação serão adaptados a cada disciplina e a necessidade de implantar atividades práticas e teóricas, incentivando trabalhos em equipes, duplas ou individualmente. As avaliações precisam estar alinhadas aos objetivos, permitindo através da metodologia de ensino adotada, identificar a obtenção das habilidades e competências, podendo serem averiguadas através de seminário, relatório técnico, caderno de campo, maquetes, artigos, notas jornalísticas, entre outros, a critério dos docentes.

Os docentes deverão estar atentos ao fato de que “O tipo de instrumento de avaliação processual e individual deverá ser descrito no Plano de Trabalho Docente e apresentado na plataforma de integração digital, junto ao material de suporte pedagógico (vídeos, artigos, livros, páginas digitais, entre outros adotados pelo corpo docente) para que o cursista possa interagir com o conteúdo, antes mesmo do início do componente curricular, devendo ser reforçado em sala de aula” (IFAP - FIC, 2021; 2022).

Por se tratar de um curso profissional recomenda-se que a carga horária do curso seja organizada com atividades conceituais e oficinas com sua real aplicabilidade. Não cabem nesse curso, conteúdos que não sejam, imediatamente, contextualizados e aplicáveis pelo profissional em formação.

Os resultados obtidos no processo de avaliação durante o curso deverão ser expressos por notas, na escala de 0 (zero) a 100 (cem) no quadro de avaliação da aprendizagem, devendo a recuperação da nota ser paralela no processo de ensino-aprendizagem.

Serão considerados como critérios para avaliação da aprendizagem:

- I. Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- II. Média final igual ou superior a 60 (sessenta);

III. Dois instrumentos avaliativos, sendo o instrumento I (Etapa 1) processual, valendo 100 (cem) pontos e o instrumento II (Etapa 1), valendo 100 (cem) pontos, sendo este individual na forma escrita, oral e/ou prático, de acordo com a necessidade e o perfil de cada participante e do componente curricular (FIC, 2021).

Os critérios de avaliação são expressos na seguinte fórmula:

$$\mathbf{MF = Inst. I + Inst. II/2 = 100}$$

MF= Média Final;

Inst. I= Instrumento I

Inst. II= Instrumento II

Como forma de avaliar e reforçar o aproveitamento das formações espera-se dos alunos ao final do curso:

- Aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento);
- Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas presenciais;

O lançamento de notas e registro de frequências para acompanhar a evolução da aprendizagem dos estudantes serão registrados, via SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) em diários de classe específicos, onde será registrada a trajetória de cumprimento das atividades previstas, devendo ser lançada na data específica de cada disciplina o conteúdo, a falta e a nota no prazo máximo de 15 dias, após a finalização de cada componente.

Dar-se-á uma segunda oportunidade aos cursistas que, por motivos relevantes e justificáveis (devidamente comprovados), deixarem de comparecer às atividades programadas, desde que seja apresentado requerimento por escrito ao Coordenador de Polo, no prazo de até dois dias úteis, após a realização da referida atividade. Tal requerimento deverá ser encaminhado por escrito à Coordenação de curso, via e-mail ou presencialmente para análise do pedido e emissão do resultado: deferido ou indeferido.

Entende-se por motivo relevante e justificável, os seguintes casos: Doença; Óbito de parentes até terceiro grau; Convocação judicial militar; Fenômenos Climáticos e Representação da Instituição em eventos científicos, esportivos e culturais. Casos omissos serão avaliados pela coordenação de curso.

Sempre que a avaliação incidir sobre os aspectos qualitativos de caráter atitudinais e procedimentais do participante, o professor deverá adotar, a partir de critérios previamente discutidos com os cursistas, diversos instrumentos, tais como fichas de

observação, de autoavaliação etc. como recursos para acompanhar ou orientar o seu desenvolvimento, podendo estes serem aproveitados na pontuação do processo avaliativo.

Os resultados de cada atividade avaliativa deverão ser analisados em sala de aula, no sentido de informar ao participante sobre o êxito e, caso ainda haja deficiências na aprendizagem, o professor deve procurar fazê-lo avançar em direção às competências e habilidades estabelecidas.

O professor deverá informar, em tempo hábil, à coordenação do curso os casos de baixo rendimento, ausências e demais atitudes do participante que possam provocar sua saída não exitosa do curso, para que seja providenciado o devido acompanhamento pedagógico.

7. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As aulas terão estratégias distintas, vinculadas à proposta de oficinas práticas, tais como trabalho individual e em equipe, textos escritos, demonstrações, apresentação de trabalhos, palestras, exibição de vídeos, observação da prática profissional, visita in loco sempre que a disciplina possibilitar, autoavaliação e entre outros.

Serão considerados os aspectos formativos e quantitativos da ação educativa (o primeiro sobrepondo-se ao segundo), exigindo-se a frequência às atividades escolares. Assim, o professor deverá enfatizar os objetivos, os conteúdos e sua relação com a realidade, na elaboração dos instrumentos, com o equilíbrio entre as diversas estratégias de aprendizagem, enfocando aquelas que levam ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a formação do discente.

8. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Curso FIC Agente de Gestão em Resíduo Sólido seguirá a legislação brasileira que trata da inclusão de pessoas com deficiência (8.213/91), adequando estratégias das atividades de ensino com requisitos de acessibilidade, de modo a identificar, acolher, atender e acompanhar os estudantes com necessidades educacionais específicas, atuando para eliminação de barreiras atitudinais, comunicacionais e pedagógicas.

Os recursos de Tecnologia Assistiva disponibilizados visam proporcionar o acesso, permanência e êxito de estudantes com deficiência, com recursos de informática

acessível, recursos de acessibilidade, conteúdo digital didático acessível, bem como equipe pedagógica e de atendimento educacional especializado.

9. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

a. Corpo docente

O corpo docente do curso em Agente de Gestão de Resíduos Sólidos será profissionais devidamente habilitados (de acordo com critérios apresentados no edital), que podem ser profissionais do IFAP, profissionais com conhecimento reconhecido na área; cooperações técnicas ou processo seletivo, sendo estes responsáveis pelo planejamento do material e execução das aulas.

b. Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo será formado pelo coordenador geral do polo, e coordenador do presente curso, assim como profissionais para atender às necessidades pedagógicas, administrativas e inclusivas da oferta, observando-se à legislação específica vigente e as diretrizes do projeto articulado 1,2,3 EJA desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Os docentes e técnicos que atuarão na referida unidade de ensino pertencerão ao quadro de servidores do IFAP. O curso também poderá contar com a participação de profissionais externos, quando não for manifestado interesse ou ausência de habilidades de competências em alguma disciplina específica.

O profissional que se candidatar ao trabalho na proposta deverá estar ciente que as aulas podem tanto ocorrer nas dependências do Ifap, como também diretamente na comunidade, buscando a real função da instituição que é inclusão social, ambiental e educacional, sempre que possível.

10. CERTIFICADO

Ao término do curso, com a devida integralização dos componentes curriculares previstos, será conferido ao egresso, o Certificado de Qualificação – FIC em Agente Gestor de Resíduos Sólidos.

Os certificados serão registrados pelo Registro Escolar, devendo conter no seu verso:

- I. O eixo tecnológico de formação;
- II. A relação dos componentes curriculares ministrados e a respectiva carga horária;
- III. Período e o(s) local(ais) em que o curso foi realizado;
- IV. Número do registro do certificado;
- V – E na eventualidade de instituições parceiras, essas também deverão constar.

11. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.

11.1 Ambientes Administrativo e Pedagógico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, apresenta ampla estrutura para possibilitar qualidade de ensino tanto aos alunos, quanto ao corpo docente, conta com:

Salas de Aula: 40 carteiras escolares, quadro branco, mesa para uso do professor, com disponibilidade para utilização de *Notebook* com projetor multimídia; cadeira acolchoada, condicionadores de ar;

Sala de Professores: Composta de mesas grandes, cadeiras acolchoadas, armários individuais para cada professor, condicionador de ar, área reservada para planejamento que conta com cabines individuais ou em grupo e computadores com acesso à internet e bebedouro;

Sala de Coordenação de Curso: composta por mesas, poltrona com braços e rodízios, armários, cadeiras acolchoadas, central de ar e computador com acesso à internet;

Salas do Setor de Assistência ao Estudante (SAE): composta por estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, diversos armários, computadores com acesso à internet, bebedouro, central de ar, cadeira de rodas, cadeiras acolchoadas para atendimento ao público.

Sala de Coordenação de Registro Acadêmico: contém mesas de trabalho,

armários, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas, central de ar, bebedouro, computadores com acesso à internet.

Sala de Direção de Ensino: estruturada com estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas para atendimento, rack, armários diversos, computadores com acesso à internet e central de ar;

Sala de Departamento de Apoio ao Ensino (Setor Pedagógico): Estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas para atendimento, armários de tamanhos diversos, estantes em madeira para acomodar retroprojetores, computadores com acesso à internet, central de ar, bebedouro;

Sala de Departamento de Pesquisa e Extensão: composta por estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas para atendimento, armários médio e alto, computadores com acesso à internet e central de ar;

Sala de Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE: composta por estação de trabalho, poltrona com braços e rodízios, cadeiras para atendimento, armário alto, estante com material bibliográfico específico, computador com acesso à internet e central de ar;

Sala de Direção Geral/Secretaria de Gabinete: Estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, rack, armários médios, mesa redonda, cadeiras acolchoadas, impressora, mesa de apoio, nobreak, computadores com acesso à internet, central de ar, data-show e gaveteiros;

Lanchonete: Serviço terceirizado mediante Concessão de uso a título oneroso, de espaço físico, situado no *Campus Laranjal do Jari*.

Estrutura de acessibilidade: Demarcação tátil nos pisos dos corredores, bem como rampa de acesso ao segundo piso, permitindo que pessoas com deficiência física ou dificuldade de mobilidade tenham acesso ao prédio do IFAP/*campus Laranjal do Jari*;

Ginásio poliesportivo: composto por quadra oficial com arquibancadas, piso, com telas de proteção em metal, tabelas de basquete, salas de aula, sala de grupos de pesquisa, sala de coordenação, vestiários, banheiros, copa e salas para atividades desportivas.

11.2 Biblioteca

As Bibliotecas do IFAP estão instaladas em um ambiente com espaços reservados aos serviços técnicos e prestação de serviços aos usuários. O horário de atendimento é das 07:30 horas às 21:30 horas, de segunda a sexta-feira. A biblioteca conta com o trabalho de bibliotecários, técnico-administrativos e a participação de alunos bolsistas e/ou estagiários no apoio às atividades de empréstimo e organização deste espaço.

O espaço físico da biblioteca foi projetado com o objetivo de proporcionar conforto e funcionalidade durante os estudos e as pesquisas do corpo docente e discente do IFAP/*Campus* Laranjal do Jari. Neste espaço estão definidas as áreas para: salas para estudo em grupo e cabines individuais; computadores com acesso à internet (pesquisa virtual) e terminais de consulta a base de dados do acervo; espaço informatizado para a recepção e atendimento ao usuário; acervo de livros, periódicos, multimeios e guarda-volumes.

O acervo existente atualmente, contempla títulos destinados ao curso e áreas afins, atualizado periodicamente com o intuito de disponibilizar para a sociedade estudantil e acadêmica. Estes são destinados para consulta e empréstimo, conforme regulamentação vigente da Biblioteca.

A Biblioteca opera por meio de um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal de consulta ao acervo, que propicia aos estudantes consultas dos títulos existentes. O acervo está dividido por áreas de conhecimento conforme Classificação Decimal de Dewey, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as disciplinas do curso. Dispõe ainda o acesso remoto ao Portal de Periódicos da CAPES.

Oferece serviços de empréstimo, consultas, renovação, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos e orientação bibliográfica.

11.3 Laboratórios

O IFAP campus Laranjal conta com a seguinte estrutura de laboratórios para

realização das atividades práticas do curso, tais como: Laboratório de Informática- EAD, Laboratório de Informática- 01, Laboratório de Informática- 02, Laboratórios de florestas, Laboratórios de química e meio ambiente, Laboratórios Histologia e Microbiologia, eLaboratórios aula prática (Trilha ecológica Wajãpi).

12. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Base para a Educação Nacional. Acesso em 15 de março de 2011.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394. Brasília, DF, 2008.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Portaria MEC nº 168, de 07 de maio de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

_____. Portaria MEC nº 12, de 03 de maio de 2016. Aprova a quarta edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada.

_____. Portaria 769 de 10 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/images/stories/Portaria_769_Condu%C3%A7%C3%A3o_de_Visitantes.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

OLLA, E. R. **Gestão Consorciada de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de Rondônia**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2018.

IFAP. Instituto Federal do Amapá. **Plano de Desenvolvimento Institucional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. Macapá: AP, 2018.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – FIC de Agente de Gestão de Resíduo Sólido. Campus Vilhena**. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br>. Acesso em 16 jun. 2023.

IFRN. Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Deliberação Nº 13/2013-CONSEPEX. **PROJETO DE CURSO: Agente de Gestão de Resíduos Sólidos**. Acesso em 10 de maio de 2023.

IFMG. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. **PROJETO DE CURSO: Agente de Gestão de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <https://portal.pcs.ifsuldeminas.edu.br> Acesso: 10 de maio de 2023.

ⁱ Nações Unidas – Brasil. Matéria disponibilizada em 30 de março de 2023. Disponível: <https://brasil.un.org/pt-br/225701-primeiro-dia-res%C3%ADduo-zero-refor%C3%A7a-a%C3%A7%C3%B5es-de-enfrentamento-%C3%A0-crise-global-de-polui%C3%A7%C3%A3o-por>.

ⁱⁱ [Relatório Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos \(sinir.gov.br\)](https://relatorios.sinir.gov.br/relatorios/nacional/?ano=2019). Disponível em: <https://relatorios.sinir.gov.br/relatorios/nacional/?ano=2019>

ⁱⁱⁱ Portal do Governo do Amapá. Matéria 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/1002/amapa-e-o-primeiro-estado-do-pais-a-iniciar-processo-de-concessao-plena-de-residuos-solidos#:~:text=O%20planejamento%20do%20Governo%20do%20Estado%20para%20reestruturar,o%20processo%20de%20concess%C3%A3o%20plena%20de%20res%C3%ADduos%20s%C3%B3lidos>.

Documento Digitalizado Público

PPC IFAP Laranjal FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos

Assunto: PPC IFAP Laranjal FIC Agente de Gestão de Resíduos Sólidos
Assinado por: Alain Santos
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Alain Roel Rodrigues dos Santos**, COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO 1, 2, 3 EJA - Polo Laranjal do Jari - RESP - COGEPRO_LRJ, em 08/11/2023 11:15:00.

Este documento foi armazenado no SUAP em 08/11/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 82637

Código de Autenticação: 5ff615939c

